

“O pinhal requer um olhar atento, mais investimento e proximidade da parte do Estado”

30 de Junho, 2021

A neutralidade carbónica até 2050 é determinante para o sucesso da espécie humana e da vida do planeta. Por isso, atinge-se pela “redução de emissões” que passa pela “eletrificação” da mobilidade ou da indústria e, ainda, pela “eficiência da produção” de energia. Mas, para se atingir a neutralidade carbónica é igualmente fundamental aumentar a capacidade de sequestro. Quem o diz é o secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, **João Paulo Catarino**, que falou, esta terça-feira, na abertura do *webinar* “O pinhal e a neutralidade carbónica”, promovido pelo Centro PINUS.

Aumentar a capacidade de sequestro passa, essencialmente, por reduzir substancialmente as áreas ardidas: “Temos o objetivo de estabilizar numa década cerca de 60 mil hectares de área ardida”. Para isso, além de “cuidar” e de “gerir” a floresta, é essencial “transformar muitos dos matos que temos hoje em áreas ardidas em floresta” e, assim, defender este ecossistema. Segundo João Paulo Catarino, Portugal tem várias florestas: a de subespécies está “bem gerida” (são bons exemplos o “sobreiro” e o “eucalipto”), mas, depois, tem o “pinhal” que requer um “olhar atento, mais investimento e proximidade” da parte da administração e do Estado. Foi nesse sentido que o Governo alocou ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) mais de 600 mil milhões de euros à floresta, sendo que uma parte substancial desse valor se destina aos territórios mais vulneráveis: “Precisam de investimento público e de uma transformação da paisagem com um conjunto de medidas programáticas para proteger a floresta contra os incêndios”. Exemplo disso é a “rede de gestão de combustível”, onde estão alocados “70 milhões de euros” para “construir essas faixas”, bem como “pagar aos proprietários quando (as faixas) são instaladas em solo privado”. Incluída neste apoio está também uma intervenção que vai além das florestas, que tem que ver com as áreas integradas da gestão da paisagem. João Paulo Catarino classifica este “novo modelo” como um “upgrade das zonas de intervenção florestas”.

Também, na questão da bioeconomia, na componente 12 do PRR, destaque para a resina que conta com um apoio de 34 milhões de euros: “A resinagem transforma o pinheiro bravo nas culturas mais rentáveis em termos económicos”. E para além de permitir um “rendimento periódico anual ao proprietário”, tem uma “margem de progressão enorme” no contexto da valorização económica: “A resina tem cada vez mais uma maior aplicabilidade”, afirma.

Voltando aos desafios que o país tem pela frente, o secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território destaca a necessidade de se preparar a floresta, reforçando a importância de transformar uma parte substancial da paisagem de forma a torná-la mais resiliente aos desafios: “E há condições para tal: temos as organizações de

produtores florestais, os proprietários e o movimento associativo que são parceiros que podem ajudar”. Mais uma vez, na componente da neutralidade carbónica, João Paulo Catarino reitera pela necessidade de se reduzir as áreas ardidas e aumentar a capacidade de sequestro: “Isso faz-se com as nossas florestas que e com as subfileiras que são as mais biodiversas e as que mais rendimentos podem proporcionar aos seus proprietários”.

Um dos objetivos deste webinar centrou-se em caracterizar o contributo atual e potencial da floresta nacional e particularmente do pinheiro-bravo e da sua fileira para os objetivos políticos de neutralidade carbónica que o país assumiu.